ATA DA 46ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE DO ESPÍRITO SANTO.

Ao segundo (06) dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, no HUB+, Praça Costa Pereira, 30, Centro - Vitória, ES, realizou-se a 46ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Juventude do Espírito Santo – CEJUVE. Estando presentes no ato os/as respectivas/os conselheiras / conselheiros **REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:** Ualisson Monteiro Ferreira (SEDH); Cristhiany Miranda Macedo (SEDH); Igor Pinheiro dos Santos Jasper (SESP); Renan Cunha Araújo (SECULT); Mariana Brandão Barros (SEJUS); Aline de Paula Nunes (SECTI); Matheus Neves Sacramento (SESPORT); Natalia Garcia Verly (IASES). **REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:** Kael Miguel Lopes (Fórum LGBTI Serra); Ramon Matheus dos Santos e Silva (GTT); Zaldimar Tadeu da Silva (FETAES); Bianca Gomes Giannini da Costa (JSB); Gabriel Oliveira (JPT); Maria Eduarda Pancier Barbosa (UBES); Adriele Nascimento Coelho (CULTURA BETHÂNIA); Luiz Felipe da Silva Gomes (CULTURA BETHÂNIA); Miguel Guimarães Souza Oliveira (DCE/UVV); Joyce Juliatti (CTVE); Maria Isabel Cardoso (ES HANDEBOL); Leonardo Azevedo Rodrigues (JUBAC); Lays Hesse Andrade Silva (CUT); Kauã Emanuel Effgen Estrella (CURSINHO POPULAR TEREZA DE BENGUELA); Mateus Soares da Costa (FAMOPES) e Matheus Gomes de Souza (APAE).

PONTOS DE PAUTAS: 1. Apresentação da SUBJUV e Prestação de Contas; 2. Análise inicial do Pacto das Juventudes; 3. Indicação de membros para CGPPCAAM.

Os trabalhos foram abertos pelo presidente Ualisson Monteiro Ferreira, que deu as boas-vindas aos presentes e, após verificação de quórum, deu início à reunião. Inicialmente, tratou-se da aprovação das atas das reuniões anteriores. Foi informado que os documentos haviam sido previamente encaminhados por e-mail, não havendo solicitações de alteração até o momento da reunião. Aberta a oportunidade de manifestação, não houve ressalvas, sendo as atas consideradas aprovadas. Logo após, foi destacada a importância do papel do Conselho enquanto articulação entre sociedade civil e poder público, reforçando-se a necessidade de maior participação dos conselheiros nas pautas estratégicas, especialmente diante do contexto de mudança de governo. Ressaltou-se que a política de juventude vem passando por processos de continuidade e evolução desde 2023, período em que a Subsecretaria passou a realizar, de forma sistemática, a abertura anual com prestação de contas e planejamento das ações subsequentes. Na ocasião, informou-se que, diferentemente do ano anterior, será apresentada a prestação de contas referente a 2025, juntamente com as expectativas e diretrizes para 2026. Na sequência, deu abertura às pautas da reunião, convidando o Subsecretário de Políticas de Juventude Jiberlandio Miranda Santana, com a primeira pauta:

Apresentação da SUBJUV e Prestação de Contas. Dando início ao primeiro ponto de pauta, foi apresentado pelo Subsecretário de Políticas para Juventude o funcionamento da Subsecretaria de Juventude enquanto órgão governamental voltado à população de 15 a 29 anos, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos. Contudo, destacou-se uma alteração administrativa relevante ocorrida recentemente: os Centros de Referência da Juventude (CRJs), anteriormente vinculados à Subsecretaria, passaram a estar subordinados diretamente ao gabinete da Secretaria. Tal mudança gerou questionamentos por parte dos conselheiros, sobretudo no que diz respeito ao possível enfraquecimento da Subsecretaria e à desvinculação da principal política pública de juventude do órgão responsável por sua formulação. Foi esclarecido, por parte do Subsecretário, que essa decisão foi de natureza administrativa da Secretaria, não cabendo à Subsecretaria deliberar sobre o tema, sendo sugerido que o Conselho formalize questionamento à gestão superior para obtenção de esclarecimentos.

Na sequência, foram apresentadas as principais ações desenvolvidas no período, destacando-se a participação em agendas internacionais, a exemplo de fóruns promovidos pela Organização das Nações Unidas, bem como o fortalecimento da institucionalidade da política de juventude por meio da regulamentação do Fundo Estadual da Juventude. Nesse sentido, foi informado que o referido fundo encontra-se apto a receber aportes de diferentes fontes, incluindo doações via declaração de imposto de renda.

Ainda no campo das ações, destacou-se a criação de programas voltados ao fomento do empreendedorismo juvenil, como o crédito para jovens empreendedores, com financiamento de até R$ 5.000, e iniciativas como o selo Empresa Parceira da Juventude. Ressaltou-se, com base em dados do DataJuve, que há uma mudança significativa no perfil da juventude, com crescente

interesse pelo empreendedorismo e pela economia criativa, em detrimento do modelo tradicional de emprego formal.
Foi apresentado o programa Conecta Empreendedor, com foco na qualificação de jovens em territórios periféricos, contemplando aspectos como identidade visual, gestão de negócios e estratégias de mercado. Também foi destacada a realização da Feira da Juventude Empreendedora, prevista para 2026, incluindo atividades culturais, como batalhas de rima, e espaços para exposição de produtos e serviços desenvolvidos por jovens.
Durante o debate, foram levantadas importantes contribuições relativas à inclusão e à diversidade no âmbito das políticas públicas de juventude. Os conselheiros Matheus (SESPORT) e Kael (Fórum LGBTI Serra) destacaram a necessidade de ampliação da acessibilidade, especialmente para jovens com deficiência, não apenas no que se refere à infraestrutura física, mas também ao acesso à informação, participação em editais e inserção em iniciativas de empreendedorismo. Nesse contexto, foi sugerida a criação de mecanismos que garantam a participação efetiva desse público, como reserva de vagas, definição de percentuais ou espaços específicos em programas e eventos.
Ademais, foi enfatizada a necessidade de aprimoramento na produção e divulgação de dados qualitativos, contemplando recortes como raça, território, deficiência e condição socioeconômica, a fim de possibilitar maior precisão na formulação de políticas públicas. Destacou-se que a juventude não deve ser tratada de forma homogênea, sendo imprescindível reconhecer suas múltiplas realidades.
Outro ponto amplamente discutido e levantado pelo conselheiro Zaldimar Tadeu (FETAES) foi a interiorização das políticas de juventude. Foi ressaltada a importância de ampliar o alcance das ações para além da Região Metropolitana, contemplando jovens do interior, da zona rural e de territórios mais afastados, garantindo equidade no acesso às políticas públicas. Nesse sentido, foram reconhecidos avanços já alcançados, como a concessão de crédito a jovens do interior, mas também apontadas limitações logísticas e estruturais que ainda dificultam a plena implementação dessas políticas.
No tocante à cultura e participação social, discutiu-se por iniciativa da conselheira Adriele (CULTURA BETHÂNIA) a necessidade de fortalecimento dos coletivos culturais juvenis, especialmente no que se refere à participação em atividades como batalhas de rima e eventos promovidos pelo poder público. Foi ressaltada a importância da adoção de processos transparentes e democráticos, por meio de chamamentos públicos, garantindo igualdade de oportunidades e evitando favorecimentos indevidos.
Em relação ao orçamento, foi informado que a Subsecretaria dispõe de recursos limitados, na ordem de aproximadamente R$73.000 anuais para despesas discricionárias, além de depender significativamente de emendas parlamentares para execução de ações estruturantes.
Durante a reunião, também foram abordados aspectos relacionados à articulação intersetorial e à necessidade de fortalecimento da participação do Conselho em outras políticas públicas, como educação, saúde e assistência social, inclusive no acompanhamento de indicadores como evasão escolar e acesso a programas governamentais.
Análise inicial do Pacto das Juventudes. Procedeu-se à análise do pacto da juventude, documento estratégico voltado à incidência política junto a candidaturas e gestores públicos. Foi destacado que o pacto atualmente existente apresenta extensão considerável, com múltiplas propostas distribuídas em diversos eixos, o que pode dificultar sua efetividade enquanto instrumento de compromisso político. Nesse sentido, os conselheiros apontaram a necessidade de revisão e atualização do documento, considerando que sua versão original remonta a anos anteriores e não contempla integralmente as demandas mais recentes da juventude.
Foi consensuado que o pacto deve passar por processo de reformulação, com vistas à sua simplificação e maior objetividade, priorizando propostas estruturantes e de maior impacto, especialmente no que se refere ao fortalecimento institucional da política de juventude e à ampliação de seu orçamento. Também foi sugerido pelo conselheiro Gabriel (JPT) que o documento contenha uma versão mais sintética, destinada à assinatura por candidaturas, com compromissos claros e diretos, sem prejuízo da manutenção de um documento mais completo para consulta e aprofundamento.
Adicionalmente, foi proposta a articulação entre o pacto e outros instrumentos de participação, como formulários e consultas públicas já realizados pelo Conselho, de modo a incorporar demandas recentes da juventude. Deliberou-se, por parte do conselheiro Ramon (GTT), pelo encaminhamento do documento à Comissão de Políticas Públicas de Juventude (CPPJ), a fim de que seja realizada análise mais detalhada, com posterior apresentação de versão revisada ao

plenário do Conselho, e que a análise aprofundada do Pacto também deve ficar para a próxima plenária.

Indicação de membros para CGPPCAAM. Foi registrada a indicação de membros para participação em instâncias específicas, incluindo o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), tendo sido indicados os conselheiros Gabriel (JPT) e Miguel (DCE/UVV) para compor a referida representação, conforme manifestação voluntária durante a reunião.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezessete horas, com o registro de foto coletiva dos conselheiros presentes. Para constar, eu, Isabelly de Souza Bertolano Pires, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo Presidente Ualisson Monteiro Ferreira.

Vitória/ES, 23 de abril de 2026.